

**MULHERES NEGRAS E A CONQUISTA DA
ALFORRIA NAS CIDADES DE SALVADOR E
RIO DE CONTAS DURANTE O SÉCULO XIX**

**BLACK WOMEN AND THE CONQUEST OF
MANUFACTURING IN THE CITIES OF
SALVADOR AND RIO DE CONTAS DURING
THE 19TH CENTURY**

Ana Clara Menezes de Andrade¹

Luana Melinda Mascarenhas Epifanio²

Data em que o trabalho foi submetido: **23/02/2024**

Data em que o trabalho foi aceito: **24/05/2024**

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).
E-mail: anaclara7012@gmail.com

² Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).
E-mail: meluaw1@gmail.com

MULHERES NEGRAS E A CONQUISTA DA ALFORRIA NAS CIDADES DE SALVADOR E RIO DE CONTAS DURANTE O SÉCULO XIX

RESUMO

O presente artigo busca apresentar discussões históricas da contemporaneidade sobre a conquista da alforria de mulheres negras durante o século XIX, tendo como destaque as ganhadeiras. Chamam-se ganhadeiras as mulheres escravizadas que exerciam o ganho, serviço comercial urbano através do qual elas eram remuneradas e repassavam parte do lucro aos seus senhores. Essas mulheres, na sua maioria, trabalhavam como quitadeiras (vendedoras de doces e alimentos); o trabalho dessas ganhadeiras era tão relevante que elas foram responsáveis por dominar o pequeno comércio de rua da cidade de Salvador, por exemplo. Além disso, o exercício do ganho permitia a elas o acúmulo de pecúlio, uma reserva de valor disponível, fruto de uma economia de longa data e, através desse, mulheres negras na condição de escravizadas conseguiam não somente comparar a sua própria liberdade, como também a liberdade de seus companheiros, filhos e familiares. Do mesmo modo, através do ganho, algumas destas mesmas mulheres já libertas tiveram a oportunidade de ascender socialmente, ainda que, dada a conjuntura social da época, o prestígio social não lhes acompanhasse. Assim sendo, não podemos deixar de considerar as suas conquistas como exemplo de uma das faces da resistência das mulheres negras ao longo da história da escravidão no Brasil. Posto isso, para explorar a temática, nos utilizamos da historiografia produzida por estudiosas que debatem as questões da resistência negra e relações de gênero no século XIX para investigar as estratégias usadas pelas mulheres negras, objetivando superar as barreiras sociais, econômicas e culturais da época e promover sua própria emancipação, tema que se faz extremamente relevante.

Palavras-chave: Alforria. Ganhadeiras. Escravizadas.

BLACK WOMEN AND THE CONQUEST OF MANUFACTURING IN THE CITIES OF SALVADOR AND RIO DE CONTAS DURING THE 19TH CENTURY

ABSTRACT

This article seeks to present contemporary historical discussions about the achievement of manumission by black women during the 19th century, highlighting the female winners. Enslaved women who carried out earning, urban commercial services in which they were paid and passed on part of the profit to their masters, were called earners. These women, for the most part, worked as greengrocers (selling sweets and food); The work of these women was so relevant that they were responsible for dominating small street commerce in the city of Salvador, for example. Furthermore, the exercise of earnings allowed these women to accumulate a nest egg, a reserve of available value, the result of a long-standing economy and, through this, black women in the condition of slaves were able to not only compare their own freedom, but also the freedom of their companions, children and family. In the same way, through earnings, some of these same freed women had the opportunity to rise socially, even though, given the social situation of the time, social prestige did not accompany them. Therefore, we cannot fail to consider her achievements as an example of one of the faces of black women's resistance throughout the history of slavery in Brazil. That said, to explore the theme, we use the historiography produced by scholars who debate the issues of black resistance and gender relations in the 19th century to investigate the strategies used by black women with the aim of overcoming the social, economic and cultural barriers of the time and promoting their own emancipation, a topic that is extremely relevant.

Keywords: Manumission. Winners. Enslaved.

INTRODUÇÃO

Durante o século XIX, as cidades de Salvador e Rio de Contas, na Bahia, testemunharam histórias de resistência e emancipação de mulheres negras. Em um cenário em que a escravidão determinava a vida social e econômica de inúmeras pessoas, as mulheres negras não apenas sobreviveram, mas lutaram e trabalharam incansavelmente pela sua própria liberdade, bem como pela de seus companheiros e de seus familiares.

A historiografia nos aponta que as mulheres negras escravizadas tinham mais facilidade de conquistar a alforria do que os homens negros também escravizados. Tal fato pode ser explicado através de um fator principal: a atividade do ganho, especialmente quando voltada ao comércio, desempenhou na vida de mulheres negras escravizadas um papel muito importante, pois permitiam que elas, através de árduos e longos anos de trabalho, acumulassem pecúlio e comprassem a sua alforria (Soares, 1996), tornando-se mulheres forras.

Além do ganho, as mulheres se beneficiaram também por serem aquelas que trabalhavam nas casas dos senhores, ou seja, por exercerem o serviço doméstico. Por meio deste, as mulheres cativas conviviam diariamente com a família senhorial (Almeida, 2006) e assim acabavam estabelecendo relações de intimidade com os seus senhores, o que contava a seu favor na conquista da alforria.

O casamento e as relações ilegítimas com homens brancos e bem-sucedidos ainda se apresentam como outro fator que colaborou para que as mulheres negras fossem a maioria forra nesse período histórico. Segundo Dantas (2012), são inúmeros os casos em que homens brancos e livres; legitimaram ou instituíram como seus herdeiros os filhos que tiveram com mulheres de cor, fossem elas escravas ou libertas. Muitos desses homens, em seus testamentos, beneficiaram também essas mulheres, deixando-lhes a liberdade, as terras, os bens móveis ou até mesmo escravizados.

Em suma, podemos dizer que, de modo geral, a busca pela alforria era um processo árduo e contínuo, e nesse contexto, as mulheres negras desenvolveram métodos para conseguirem livrar-se do julgo da escravidão. Tais métodos não podem deixar de ser considerados como uma forma de resistência, porque essas mulheres muitas vezes se utilizavam das estruturas opressivas para subvertê-las, reivindicando, assim, o seu direito à autonomia com uma capacidade extraordinária de resiliência e negociação.

Portanto, ao explorar essas narrativas, este artigo não só relembra as trajetórias dessas mulheres, mas também celebra sua capacidade de transformar adversidades em oportunidades de emancipação. Através de suas histórias e legado, entendemos como a busca pela alforria foi um ato de coragem e determinação, marcando uma era de transformação social e redefinindo o significado de resistência no Brasil oitocentista.

METODOLOGIA

Para a construção do presente artigo, utilizamos uma abordagem qualitativa, centrada em uma revisão de textos selecionados sobre as ganhadeiras, tendo por recorte temporal e geográfico, respectivamente, o século XIX e Bahia. A escolha por uma metodologia qualitativa se deve à natureza histórica e sociocultural do tema, que requer uma compreensão profunda e contextualizada das experiências dessas mulheres e do impacto de suas atividades na sociedade da época. Deste modo, buscamos compreender o papel das ganhadeiras dentro das linhas históricas, levando em consideração interpretações e subjetividades.

AS CARTAS DE ALFORRIA

É muito importante compreender que as cartas de alforria se constituíam como o único meio legal através do qual era possível alcançar a liberdade. Segundo Kátia Almeida (2006), a carta de alforria era o ato jurídico através da qual o senhor transferia para o escravo a posse e o título de propriedade que tinha sobre ele e, para que fosse reconhecida, a alforria deveria ser oficializada. Para isso, o senhor ou seu procurador deveria se dirigir ao cartório e ditar os termos da carta ao escrivão, ou apenas entregar uma cópia a fim de que ele a registrasse no seu livro de notas do tabelião. O documento era datado e assinado por testemunhas e pelo tabelião, e o senhor pagava os selos, o que dava legitimidade ao ato.

Outro fato muito interessante pontuado por Almeida (2006) é que não havia apenas um tipo de carta de alforria: elas poderiam ser incondicionais, condicionais, onerosas ou gratuitas. As alforrias pagas de modo incondicional eram aquelas em que o escravo pagava o seu valor de mercado ao senhor, ou então o valor combinado entre eles. A

quantia para a compra era muitas vezes arrecadada pelos próprios escravos através do acúmulo de pecúlio (quantia de dinheiro acumulada ao longo de suas vidas, em tipos de trabalhos de ganho diversos). Por outro lado, as cartas condicionais eram concedidas de acordo com as condições impostas pelo senhor, que podiam abranger: acompanhar o seu senhor até a morte, trabalhar até determinado período, acompanhar o senhor por tempo determinado etc.. Já as onerosas não formavam um todo homogêneo, podiam ser concedidas mediante pagamento e ainda assim ter como requisito alguma condição. Por fim, as cartas de alforria gratuitas eram concedidas pela vontade do seu dono, geralmente, em “reconhecimento” aos serviços prestados.

As alforrias ou promessas de alforrias, gratuitas ou pagas, condicionais ou não, eram “a porta de entrada ao mundo dos livres” (Dantas, 2012, p. 24). Ainda de acordo com a autora, na Bahia do século XIX, em um contexto escravista e marcado muito fortemente pela hierarquia de gênero, por mais paradoxal que essa ideia possa parecer em um primeiro momento, nem sempre o resultado das relações de poder foi apenas negativo para as mulheres.

Em relação aos homens que se encontravam nas mesmas condições, as escravizadas conseguiam se destacar quando o assunto era tornarem-se forras (alcançar a alforria); e as libertas, destacavam-se ainda na aquisição de bens.

AS MULHERES NEGRAS E AS CONCESSÕES DE ALFORRIAS

Considerando o patriarcado entranhado na história do Brasil e o sério histórico de desvalorização, opressão e silenciamento feminino, existiam alguns motivos que resultaram na “benesse social” concedida às mulheres negras em detrimento dos homens também de cor.

As relações extraconjugais e o casamento com seus senhores podem ser elencados como o primeiro dos motivos. Inúmeros homens livres, em sua maioria de origem portuguesa, legitimaram ou instituíram seus filhos com mulheres negras, livres ou escravizadas, por meio de testamentos (Dantas, 2012). Em caso de falecimento destes, por diversas vezes suas mulheres não foram desamparadas, de modo que algumas delas ficavam tanto com bens móveis e imóveis, quanto com escravizados.

Segundo Almeida (2006), as mulheres escravizadas que desempenhavam funções domésticas tinham chances maiores de serem beneficiadas com a alforria, de acordo com

os bons serviços prestados aos seus donos. Essas mulheres participavam da dinâmica da casa e das famílias, e podiam obter a alforria gratuitamente.

As mucamas, por estarem sempre ao pé de suas senhoras, ajudando no serviço doméstico e acompanhando-as em seus passeios, acabavam desenvolvendo laços afetivos estreitos com elas. O mesmo acontecia às amas de leite. Essa proximidade foi responsável por viabilizar a alforria dessas mulheres em específico, como a autora pontua:

[...] As alforrias tendiam a beneficiar mais as cativas que conviviam diariamente com a família senhorial, em detrimento daquelas que trabalhavam na roça. Os textos das cartas de alforria contam-nos histórias de senhoras e senhores gratos pelo fato de suas escravas terem criado ou amamentado seus filhos, de serem suas crias, de terem-lhes dado crias, ou ainda dos cuidados a eles dispensados durante alguma enfermidade (Almeida, 2006, p. 133).

No caso das alforrias pagas, a sua obtenção se dava por meio dos serviços prestados pelas mulheres escravizadas, principalmente pelas que faziam parte da dinâmica urbana, visto que conseguiam acumular mais dinheiro para o pagamento da alforria.

As escravizadas que desempenhavam atividades domésticas, embora tivessem mais chances de conquistar a carta de alforria gratuita, na maioria dos casos demoravam a receber sua liberdade, pois eram antes necessários muitos anos ou até décadas de serviço para o seu senhor. No caso das que trabalhavam com o ganho, a chance de acumularem o pecúlio era bem maior, quando comparada às que prestavam serviços domésticos. Além disso, as ganhadeiras conseguiam a alforria mais rápido, principalmente as que atuavam na comercialização dos produtos mais rentáveis.

Para melhor compreensão, vale destacar que as ganhadeiras que ainda não possuíam alforria, desenvolviam essa função para os seus senhores, ou seja, o lucro obtido com as vendas era, em grande parte, destinado a eles e somente uma pequena porcentagem desse lucro era de fato reservado a elas. Por isso, a historiadora Cecília Soares (1996) nos lembra sobre como era uma tarefa difícil a escravizada pagar a diária ou a semana de trabalho ao seu senhor e, ao mesmo tempo, poupar, sem contar ainda com a possibilidade de o senhor não cumprir com o combinado, exigindo das ganhadeiras além do que foi estabelecido, já que o contrato era firmado de maneira informal.

AS GANHADEIRAS NO CENÁRIO BAIANO

Pode-se dizer que essas mulheres desenvolveram algumas formas de adquirir mobilidade social e lutaram pela conquista não somente da sua própria liberdade, mas também de seus companheiros, familiares e, em alguns casos, de pessoas escravizadas que estavam em seu ciclo de convivência.

As mulheres escravizadas não assumiram posturas de passividade frente à conquista de sua liberdade, de forma que elas utilizavam os meios legais que estavam a seu alcance para se protegerem e alcançarem a alforria. A partir dos anos 1850, mais precisamente na década de 70 do século XIX, as fontes apontam um aumento nas investidas das mulheres usando dos recursos da legislação para fazerem valer seus interesses (Soares, 2007). Esse cenário se justifica no fato de que

[...] Em 1871, como vimos, foi estabelecido que, tendo o escravo obtido um pecúlio e querendo tornar-se livre, seu senhor era obrigado a negociar seu valor. Baseando-se nesse dispositivo da lei muitas escravas enfrentaram senhores com a arma do dinheiro em troca da liberdade (Soares, 2007, p. 86).

Entretanto, por diversas vezes essa luta judicial envolvia situações de conflito entre os senhores e as mulheres escravizadas que desejavam ser livres e tinham dinheiro para comprar sua própria alforria, conforme a autora salienta: “(...) com frequência, porém, os casos de ‘resgate forçado’ eram decididos na justiça contra a vontade senhorial.” (Soares, 2007, p. 86).

Como exemplo dessas situações, a autora nos traz o caso da crioula Felicidade, que ocorreu em 1880. Aos 19 anos, Felicidade entrou com uma ação para recorrer a sua própria liberdade, justificando que, através de seus trabalhos, adquiriu a quantia de 600.000 réis, com a qual pretendia comprar a sua liberdade. Como já vimos, era um direito seu, graças à Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, fazê-lo; entretanto, o senhor contrariou a decisão da escravizada e negou-se, inclusive, a comparecer à audiência. O caso seguiu-se, então, da seguinte forma:

A escrava Felicidade foi **depositada**, para que não sofresse represálias do senhor, e foi nomeado um curador que lhe representaria no tribunal. A ação foi então julgada por dois peritos avaliadores que, dizendo "ter em vista somente suas consciências e o estado actual da empreitante, sua idade provável, sua constituição e enfermidade físicas ou crônicas", determinaram, unanimemente, a quantia de 700 mil réis, "a seu ver mui justo e rasoave". Foi-lhe em seguida passada carta de Liberdade (Soares, 2007, p. 87, grifo nosso).

O depósito de escravos consistia no “recolhimento do escravo autor da demanda em lugar seguro, podendo ser a residência de particulares indicados pelo juiz ou a própria cadeia, até a conclusão do processo” (Soares, 2007, p. 91). Isto se dava para evitar a retaliação do escravizado que lutava por sua liberdade por parte do senhor, o qual podia lhe aplicar castigos severos pela ousadia de levá-lo ao tribunal.

ALFORRIAS EM RIO DE CONTAS NA BAHIA, NO SÉCULO XIX

A cidade baiana de Rio de Contas também merece menção quando tratamos da busca pela alforria durante o século XIX. Para tal reflexão, Almeida (2006) apresenta dados significativos para compreender esses processos na luta pela liberdade na cidade. De acordo com os dados apontados pela autora, percebemos que as mulheres foram a maioria na concessão de alforrias:

[...] Em Rio de Contas, as mulheres ganham para os homens em todos os períodos considerados. Entre 1800 e 1850, houve maior incidência das mulheres no conjunto dos escravos brasileiros alforriados (152 mulheres para 100 homens), e dos homens entre os de origem africana (125 homens para 100 mulheres). [...] A análise dos forros por sexo [...] indica que, no período de 1800-1850, essa proporção foi de 140 mulheres para 100 homens; de 1850 a 1871, de 142 mulheres para 100 homens e, no último período estudado, 1871 a 1888, essa razão foi de 130 mulheres para 100 homens (Almeida, 2006, p. 106).

Como destacado, Rio de Contas, assim como outras cidades baianas, também privilegiou as mulheres escravizadas na concessão da alforria e a variável *cor* se fez presente durante todo esse processo, delimitando quais mulheres seriam ou não favorecidas. Ainda segundo Almeida (2006), no período entre 1800 e 1850, dentre as mulheres crioulas, cabras, pardas e mulatas que se encontravam na condição de escravas, estas últimas foram as mais beneficiadas. Já durante 1871 e 1888, foram as mulheres pardas que obtiveram destaque na conquista da sua liberdade.

Entretanto, o fato de darmos aqui um enfoque à conquista da alforria por parte das mulheres, não significa que, entre os mestiços, a alforria não pendia exclusivamente para as mulheres, pois os homens, assim como elas, estavam em busca da sua liberdade e a disputavam de forma bastante acirrada. De acordo com Almeida (2006), a diferença de vantagem que as mulheres cativas tiveram em relação aos homens, considerando os períodos de 1800-1850, 1850-1871 e 1871-1888, foi de 16,4%, 17,4% e 13%, respecti-

vamente. Ainda, no decorrer dos anos oitocentos, o desequilíbrio entre os sexos na população cativa foi superado.

Dentre os motivos que sustentaram a vantagem das mulheres no momento da alforria, na cidade de Rio de Contas, Almeida (2006) pontua que embora dados sobre a ocupação dos escravizados fossem algo raro, é possível levantarmos a hipótese de que a ocupação exercida pelas escravizadas nessa região teria possibilitado um acúmulo significativo de pecúlio:

Não era raro as escravas se ocuparem dos serviços de casa e de outra atividade, como rendeiiras, costureira ou fiadeira. Quiçá elas vendessem o produto de seu trabalho fora da morada do senhor, o que lhes possibilitaria o acúmulo de um pecúlio. (Almeida, 2006, p. 110)

Algo sobre o qual já falamos anteriormente e que se fez presente também em Rio de Contas são os laços de proximidade entre as mulheres cativas que cuidavam do trabalho doméstico e os seus senhores. Nesta cidade, o serviço de casa era preferencialmente exercido pelas mulheres negras nascidas no Brasil (ALMEIDA, 2006). Logo, estas mulheres, em detrimento daquelas de origem africana e das que trabalhavam na roça, tinham maiores possibilidades de estabelecer relacionamentos com suas senhoras (ao exercerem os trabalhos de mucamas e amas-de-leite, a exemplo) e seus senhores (ao manterem relações sexuais com eles), o que facilitava a sua obtenção da alforria. Assim,

[...] os bons serviços e as relações afetivas e de parentesco constituíram elementos importantes para o predomínio das mulheres (e de crianças) no conjunto dos escravos alforriados como ficou demonstrado no desempenho que tiveram nas alforrias gratuitas, com mais de 65%, considerado todo o período analisado (Almeida, 2006, p. 111).

Mas não nos enganemos, pois a proximidade com os senhores só poderia ser conquistada se antes fosse demonstrada muita subserviência por parte dos escravizados. Ademais, após conseguir uma relação um pouco mais íntima com seus senhores, os cativos ainda assim não poderiam adotar outro tipo de comportamento, visto que qualquer atitude interpretada como indisciplina poderia quebrar a frágil estabilidade em que viviam (Almeida, 2006).

O GANHO E O ACÚMULO DE PECÚLIO

Para alguns, pode ficar a impressão de que trabalhar no ganho e conquistar a liberdade era algo fácil, mas alguns fatores devem ser levados em consideração, como as dificuldades que essas mulheres enfrentaram para conseguir acumular a quantia estimada para sua alforria, a necessidade de manter a família, principalmente o custeio da alimentação dos filhos e o pagamento de taxas exacerbadas ao senhor. Além disso, para conseguir a liberdade, elas recorreram às brechas da legislação vigente, em busca de algum amparo em seu favor. Nesse âmbito,

Principalmente nas últimas décadas do século XIX, escravizadas, libertandas e libertas se utilizaram de pequenas brechas da legislação, assim como de uma conjuntura mais crítica ao sistema escravista, para levar seus proprietários aos tribunais, denunciar situações de cativo ilegal e exigir alguns poucos direitos, como o de comprar as suas liberdades, sobretudo a partir da lei do Ventre Livre (Canelas, Sousa, Tardivo, 2022, p. 252).

Foi com a Lei do Ventre Livre, em 1871, que as pessoas escravizadas obtiveram permissão para acumular o pecúlio. “O artigo 4º da Lei do Ventre Livre garantia o direito à formação de pecúlio e compra de alforrias pelos próprios escravizados. Para pleitear a liberdade, era preciso depositar em juízo um valor que se aproximasse do preço da manumissão” (Canelas, Sousa, Tardivo, 2022, p. 257). Embora essa lei tenha contribuído para a aquisição das alforrias, juntar dinheiro não era uma tarefa simples. As mulheres que trabalhavam como ganhadeiras, pagavam uma taxa aos seus senhores sobre suas vendas. Essas mulheres contavam com o dinheiro arrecadado no ganho também para suas necessidades pessoais, e a depender do que era comercializado, os ganhos podiam ser pouco para o pecúlio.

O combinado acerca do valor a ser entregue ao senhor se dava através de um contrato informal, que era, então, acertado entre as partes, porém nem sempre era cumprido por parte do senhor. As escravizadas de ganho poderiam escolher como utilizavam a sua porcentagem dos lucros das vendas, logo elas poderiam acumular para a compra de sua liberdade (o que era mais fácil para aquelas que moravam com os seus senhores), ou gastar no seu dia-a-dia, custeando sua alimentação e moradia (o que era necessário para aquelas que tinham permissão para morar sozinhas) (SOARES, 1996). Como podemos observar, não era uma tarefa fácil ter que arcar com despesas essenciais e, ainda assim, buscar economizar para ter o sonho da liberdade realizado.

Aquelas que mesmo após conquistarem a alforria continuavam no trabalho no ganho, não estavam mais vinculadas ao dono, então o valor arrecadado pertencia a elas integralmente. Soares (1996), em seu artigo intitulado "As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX", aborda justamente essa discussão:

As mulheres libertas experimentavam uma situação no ganho diferente das escravas, pois no seu trabalho não interferiam os senhores e os produtos da venda lhes pertenciam totalmente. Apesar dessa diferença, desempenhavam a mesma função social que as escravas, circulando a vender alimentícios e outros. Quanto ao retorno financeiro no ganho, este dependia da ocupação específica a que se dedicavam e das oscilações de mercado (Soares, 1996, p. 58-59).

As ganhadeiras conheciam muito bem as ruas, e eram nesses locais públicos que comercializavam seus produtos nas cidades, era comum ver as ganhadeiras circulando, em Salvador, com os tabuleiros, os quais serviam para carregar os produtos. As autoridades da época se preocupavam com uma possível articulação das ganhadeiras, como pontua muito bem a autora:

As atividades realizadas pelas ganhadeiras, apesar de importante para a distribuição de bens essenciais a vida urbana, preocupava as autoridades. Elas faziam seu trabalho de maneira itinerante ou fixavam-se em pontos estratégicos da cidade, servindo de elementos de integração entre uma população considerada perigosa pelas elites. Este fator político, somado ao esforço do Estado para organizar e controlar a vida urbana no século XIX, levaria a muitos embates entre ganhadeiras e autoridades policiais (Soares, 1996, p. 65).

Ainda segundo Soares (1996), a tarefa de vendedora requeria das mulheres negras inseridas no ganho uma espécie de "faro para o negócio". A historiadora afirma que para a ocupação de ganhadeira, geralmente eram escolhidas as escravizadas de "melhor aparência" e "mais espertas", elas geralmente possuíam uma maior capacidade de se relacionar com o público e de fidelizar a freguesia.

Segundo Reis (1991), o trabalho das mulheres no ganho também perpassava pela questão da desigualdade de gênero existente entre as mulheres negras e os homens negros, porque estes últimos poderiam desempenhar também outras funções, o que era mais limitado no caso das mulheres negras. Todavia, por essas questões de gênero, o trabalho dos ganhadores (que desempenhavam funções braçais e laboriosas) sofreu sanções, com a medida disciplinar de 1857, que demandava uma licença para o ganho na rua. Porém, essa medida não afetou as mulheres negras, visto que "incluídos nessa lei, estavam só os

ganhadores, não as ganhadeiras, negras que se dedicavam principalmente a mercadejar diversos gêneros secos e molhados” (Reis, 1991).

As mulheres do ganho circulavam pelas cidades com tabuleiros, gamelas e cestas habilmente equilibradas sobre as cabeças, oferecendo verduras, legumes, frutas, peixe, lousas e até mesmo alimentos prontos. Elas cresceram tanto no quesito empreendimento quanto no quesito de ocupação dos centros urbanos, como ruas e praças da cidade destinadas ao mercado público e feiras livres, essas ficaram conhecidas como “as donas das ruas” (Soares, 1996). O seu legado de resistência perdura até os dias de hoje e pode ser observado na figura das baianas de acarajé e seus tabuleiros, legado advindo de geração a geração, mantendo-se vivo no cotidiano de muitas cidades baianas.

MODALIDADE SOCIAL

Muitas mulheres negras, nesse período histórico, conseguiam ascender socialmente através do casamento com homens brancos e abastados; hoje, a historiografia pode comprar que o caso famoso Chica da Silva não foi único. Dantas (2012) nos apresenta diversos casos de mulheres negras que tiveram relações extraconjugais com homens brancos, em sua maioria portugueses, e tiveram as suas vidas completamente mudadas em decorrência disso.

Um desses casos foi o de Rita Gomes da Silva, que se deu na Bahia. Rita era parda e viúva do português capitão Leandro de Souza Braga e casou-se novamente em segredo, em 1792, com outro português chamado Inocêncio José Costa. Este último era um comerciante muito bem estruturado financeiramente. Dantas (2012) e as fontes analisadas pela historiadora evidenciam a opulência de Rita da Silva e o séquito de escravizados que eles possuíam.

As mulheres que haviam conseguido a liberdade através do ganho, geralmente continuavam trabalhando com ele e, já na condição de mulheres livres, sem a obrigação de repassar parte dos lucros aos antigos senhores, tinham a oportunidade de ascender socialmente. Entretanto, isso iria depender muito do retorno financeiro que essas mulheres obtinham no ganho, e este, por sua vez, dependia da ocupação específica a que se dedicavam e das oscilações de mercado (Soares, 1996).

As mulheres livres que se ocupavam do ganho possuíam percepções econômicas e buscavam investir seu dinheiro em imóveis e escravizados. É importante fazer uma

ressalva, para não cair no senso comum de que "os próprios negros se escravizavam" e, com isso, alimentar pensamentos e falas errôneos que tendem a reproduzir interpretações equivocadas sobre o processo de escravização. Ou seja, não podemos deixar de exercer a empatia histórica, buscando entender os motivos por trás das ações de sujeitos de determinados períodos históricos.

É importante, também, que compreendamos que os casos das negras libertas que possuíam escravizados e eram conhecidas como "sinhás negras", apesar de existirem, eram casos raros. Não podemos tomar esses exemplos como um todo.

Pensar que as mulheres escravizadas eram omissas as restringe somente à posição de subalternidade e inviabiliza o exercício de lançar um novo olhar sobre suas histórias. Claro que essas mulheres estavam inseridas em uma conjuntura social construída para reforçar os papéis de submissão, mas isso não quer dizer que elas se contentavam com o quadro social que lhes havia sido relegado. Apontar os movimentos que essas mulheres realizavam para saírem da condição de escravizadas e alcançarem a posição de sinhás, não significa que as desigualdades não existiam, pois essa não era a regra dentro da sociedade escravista brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos até aqui, a história dessas mulheres foi marcada por muitos embates e enfrentamentos. Desse modo, é inegável o fato de que as mulheres negras mereçam destaque ao analisarmos o processo de conquista de alforrias de escravizados do século XIX, na Bahia, visto que estavam sempre buscando meios de respaldar-se e protegerem a si e a seus dependentes, fossem eles familiares ou amigos.

Conhecer um pouco da história dessas mulheres faz com que a falácia de que os negros e negras escravizados assumiram uma postura passiva frente à escravidão caia por terra. A resistência durante a história da construção do Brasil pode ser percebida de diversas formas: fugas, formação de quilombos, envenenamento dos seus senhores e, em alguns casos, escravizados recorriam até mesmo ao suicídio.

Outro ponto que deve ser salientado é a percepção que as mulheres negras tinham dos acontecimentos a sua volta. Elas se informavam, e a partir disso tomavam suas decisões, levando em conta o pensamento político da época. A existência dessas ações de liberdade protagonizadas por mulheres negras na Bahia demonstra a percepção política

por parte delas ao avaliarem o momento em que deveriam contestar a autoridade dos senhores e agirem a seu favor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, K. L. M. **Alforrias em Rio de Contas na Bahia Século XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 174. 2006.

CANELAS, L. G; SOUSA, C. P; TARDIVO, G. P. Mulheres escravizadas, direito e alforria no Brasil e no Caribe francês. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 230-266, Jun, 2022.

DANTAS, A. Mulheres "afro-ascendentes" na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780- 1830). In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; DOS SANTOS GOMES, Flávio (Ed.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 24 – 34.

REIS, J. J. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 18, 1993, p. 6–29.

SOARES, C. M. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 17, p. 57 – 71. Jan de 1996.

SOARES, C. M. Da escravidão à liberdade. In: **Mulher Negra na Bahia no século XIX**. Salvador: EDUNEB, 2007, p. 85 - 104.